



“Trabalho com fome entregando comida todos os dias”: precarização do trabalho e alimentação entre entregadores de aplicativo na pandemia de COVID-19

Melissa Yasmin Alves Tarrão¹, Beatriz Oliveira Santos² e Bárbara Hatzlhoffer Lourenço^{3*}

Este relato propôs uma análise de aspectos da violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) a partir de experiências de entregadores de aplicativos relacionadas à alimentação no município de São Paulo, retratadas em materiais jornalísticos na pandemia de COVID-19, publicados até setembro de 2020. Este trabalho se configurou como estudo de caso em uma disciplina de graduação em Nutrição, por meio de um projeto com foco em situações de desigualdade e vulnerabilidade. Foram selecionados materiais com registros de práticas e/ou demandas alimentares dos entregadores associadas às atividades trabalhistas. O conteúdo foi discutido através da definição do DHAA, considerando recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e discussões da sociologia do trabalho. Como resultados, aspectos de violação do DHAA foram notados para a garantia ao acesso a alimentos em quantidade e qualidade, com grande consumo de ultraprocessados; práticas alimentares inadequadas no que concerne ao ato de comer e à comensalidade, com preponderância da necessidade de “matar a fome”; e a inserção dos entregadores em um sistema alimentar injusto no âmbito das relações trabalhistas e insustentável em aspectos ambientais e de saúde. Por meio do reconhecimento das circunstâncias de fome e de demandas apresentadas pelos entregadores, esta análise ressaltou o potencial humanizador da alimentação em estimular reivindicações, especialmente no contexto pandêmico e de retirada de direitos trabalhistas, além de destacar a necessidade de construir condições de trabalho, em conjunto a políticas públicas que mitiguem a fome e injustiça, com vistas à promoção de ambientes e sistemas alimentares saudáveis.

Palavras-chave: Direito Humano à Alimentação Adequada, Segurança Alimentar e Nutricional, Vulnerabilidade Social, Precarização do Trabalho, Sistema Alimentar.

¹ Graduanda em Nutrição pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP). E-mail: melyasmin@usp.br. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1888-541X>

² Graduanda em Nutrição pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP). E-mail: beatriz_o.santos015@usp.br. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8579-4916>

^{3*} Professora doutora do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP). Endereço para correspondência: E-mail: barbaralourenco@usp.br. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2006-674X>

“I work hungry delivering food every day”: precarious work and eating practices among food app delivery men in the COVID-19 pandemic

This paper proposed an analysis of aspects of violation of the Human Right to Adequate Food in experiences of food app delivery men in the city of São Paulo, as portrayed in journalistic materials published until September 2020 amid the COVID-19 pandemic. This work was a case study in an undergraduate course in Nutrition, through a project focused on situations of inequality and vulnerability. Journalistic materials were selected if food practices and/or demands associated with labor activities were present. Contents were approached through the definition of the Human Right to Adequate Food in the Brazilian National Food Policy of the Ministry of Health, considering recommendations from the Brazilian Dietary Guidelines and discussions of the sociology of work. Violations of the Human Right to Adequate Food were noted regarding: difficulties in access to food in proper quantity and quality, with a high consumption of ultra-processed foods; inadequate food practices regarding the act of eating and commensality, with a preponderance of an attitude toward “satisfying the hunger”; and the insertion of delivery men in a food system characterized by unfair labor relationships, and unsustainable environmental and health aspects. Through the recognition of the circumstances of hunger and the demands presented by food app delivery men, this analysis highlighted the humanizing potential of food in stimulating such claims, especially in a pandemic context aggravated by the absence of labor rights. Better work conditions along with public policies that mitigate hunger and injustice are needed to promote healthier food environments and systems.

Keywords: Human Right to Adequate Food, Food Security, Social Vulnerability, Precarious Work, Food System.

Submetido em: 14/08/22

Aceito em: 21/12/22

INTRODUÇÃO

A exclusão do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) das estruturas do governo federal em 1º de janeiro de 2019, realizada por Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal, PL) através da Medida Provisória 870, pode ser apontada como um marco do enfraquecimento da defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Em meio à pandemia de COVID-19, os resultados do desmonte de um forte espaço de articulação e cooperação para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foram expostos pela intensificação da crise econômica. A elevação dos preços dos alimentos e a redução do poder de compra^[1], em conjunto ao aumento do desemprego e à diminuição da renda da população, prejudicaram o acesso da população brasileira à alimentação de forma quantitativa e qualitativa^[2].

Estimativas do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), estimaram que 33,1 milhões de pessoas estavam em situação de fome e 58,7% da população não possuía acesso regular e permanente a alimentos, apresentando algum grau de insegurança alimentar (IA)^[3]. Segundo a situação de trabalho, 36% e 21% dos participantes desempregados e trabalhadores informais, respectivamente, apresentaram IA grave. Por outro lado, 7,4% daqueles que reportaram exercer trabalhos formais estavam nessa condição^[3].

Assim, faz-se importante explorar interfaces entre trabalho e alimentação, especialmente sob cenários em que as relações trabalhistas encontram-se marcadas pelo uso de tecnologias da informação e automação, em confluência com o fenômeno da precarização do trabalho^[4,5]. Trabalhos informais e precarizados constituíram-se em alternativas para

obtenção de renda, notadamente no período mais agudo da pandemia de COVID-19, a exemplo dos entregadores de empresas que atuam por aplicativos (doravante denominados entregadores de aplicativos*⁴)^[6]. Têm-se documentado condições estruturais precárias de trabalho para entregadores e grande fragilidade de vínculo trabalhista devido à inexistência de segurança jurídica nas relações com empresas que atuam por aplicativos, com consequente instabilidade empregatícia^[6,7].

Esta categoria foi particularmente exposta à COVID-19, cujo padrão de transmissão por gotículas respiratórias contendo o vírus SARS-CoV-2^[8] desdobra-se em riscos ocupacionais biológicos de contaminação pelo ar^[9], haja vista o frequente contato interpessoal dos entregadores com clientes, as jornadas de trabalho que usualmente ultrapassam 12 horas diárias e, ainda, o incremento em compras nos aplicativos de entrega de comida na ordem de 149% em 2020^[10,11]. Sob tal cenário, grupos e movimentos de entregadores de aplicativos pautaram as primeiras reivindicações e mobilizaram greves com menções diretas a dificuldades com a alimentação, com ampla repercussão nas redes sociais: “Você sabe o quanto é tortura um *motoboy* com fome tendo que carregar comida nas costas?”^[12].

Com base em elementos fundantes da alimentação adequada e saudável segundo a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)^[13], este relato de experiência propôs-se a explorar aspectos da violação do DHAA a partir da análise de retratos jornalísticos de experiências de entregadores de aplicativos relacionadas à alimentação no município de São Paulo no contexto da pandemia de COVID-19. Buscou-se refletir sobre os desafios que afetam a SAN para que ocorra a efetivação do DHAA, através do diálogo com referenciais da alimentação e nutrição e do campo do trabalho, considerando dinâmicas de precarização vigentes.

METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado a partir do projeto “Demandas e práticas alimentares de entregadores de aplicativos durante a pandemia de

COVID-19”, desenvolvido no âmbito do “Programa COVID-19: retratos de desigualdade e vulnerabilidade”, da Comissão de Graduação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP). As atividades foram vinculadas à disciplina de “Planejamento Dietético” do curso de graduação em Nutrição da FSP.

Foram realizadas buscas por materiais jornalísticos investigativos que traçaram perfis das vivências cotidianas dos entregadores de aplicativos. As buscas ocorreram entre os meses de agosto e setembro de 2020 por meio da ferramenta de pesquisa Google (<https://www.google.com/>) e com uso dos descritores “alimentação”, “entregadores de aplicativos”, “fome” e “pandemia”. Os critérios de seleção foram: data de publicação a partir de março de 2020, com conteúdo que contemplasse registros de práticas e/ou demandas alimentares dos entregadores de aplicativos associadas às atividades trabalhistas, no contexto de pandemia de COVID-19. De acordo com estimativas de 30 de setembro de 2020, aproximadamente 4 milhões de pessoas já haviam sido contaminadas pelo vírus da COVID-19 no Brasil, com cerca de 143 mil óbitos pela doença^[14].

Após seleção, os materiais foram lidos integralmente, procedendo-se ao mapeamento e à identificação de violações aparentes ao DHAA. Para tanto, consideraram-se as esferas da definição da alimentação adequada e saudável abordadas na PNAN^[13], a saber: “*uma prática alimentar [...] adequada aos aspectos biológicos e sociais, atendendo às necessidades de diferentes fases do ciclo vital; referenciada pela cultura alimentar local e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, satisfazendo aos princípios de variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e derivada de práticas de produção adequadas e com uso sustentável do ambiente*”.

Excertos correspondentes a demandas e/ou práticas alimentares dos entregadores na temática deste relato foram extraídos e organizados em quadros. Para cada material, foi atribuído um número de identificação (ID). Tomando por base a definição do DHAA, os resultados foram dispostos em três

⁴ Atualmente, o termo “entregadores de aplicativos” é amplamente difundido para referência a trabalhadores que realizam entregas para empresas que atuam por aplicativos. Exemplos de tais empresas, notadamente no ramo de alimentação e refeições, são *Food*, *Rappi* e *UberEats*. Apesar do uso comum, enfatiza-se que o termo é problemático ao

incitar o apagamento da figura dessas empresas, o que favorece mascarar condições de informalidade e precarização, além de transferir riscos das atividades trabalhistas para os trabalhadores, conforme discutido por Abílio (2020)^[6].

segmentos: (i) garantia de acesso regular aos alimentos pelos entregadores; (ii) adequação das práticas alimentares a aspectos socioculturais; e (iii) reflexão sobre modelos subjacentes de sistema alimentar envolvendo os entregadores de aplicativos.

Para análise dos dados no âmbito da alimentação e nutrição, foram utilizados como referenciais teóricos os capítulos do Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) sobre “Princípios”, “A escolha dos alimentos” e “O ato de comer e a comensalidade”^[15]. O GAPB é uma ferramenta estratégica que auxilia na implementação de tais políticas, sobretudo na diretriz de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável da PNAN. No âmbito da precarização do trabalho e suas interfaces com a alimentação, assumiu-se a perspectiva da Sociologia do Trabalho apresentada por Ricardo Antunes^[4]. Segundo o autor, o processo de uberização incorre em crescente individualização e

invisibilização das relações de trabalho, que adquirem aparência de “prestação de serviços”, obliterando relações de assalariamento e intensificando a exploração do trabalho. Assim, ao focar as formas de desregulamentação de relações trabalhistas que fazem uso de recursos tecnológicos, essa área de estudo oferece elementos críticos à temática deste relato.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os retratos de experiências relacionadas a práticas e demandas alimentares atravessadas por entregadores de aplicativos durante a fase mais aguda da pandemia de COVID-19 foram compostos por três notícias e um documentário produzidos no ano de 2020, conforme detalhado no Quadro 1. Todos os registros se referiram à cidade de São Paulo e estão disponíveis na internet com acesso livre.

Quadro 1. Características gerais dos materiais selecionados para análise.

Identificação (ID)	Fonte	Data de publicação	Autoria	Título do material
1	<i>The Intercept</i> Brasil	23/03/2020	Bruna de Lara, Nathália Braga, Paulo Victor Ribeiro	‘Parceria’ de risco: aplicativos lucram com coronavírus pondo entregadores em risco de contágio (Vídeo – coronavírus: como é entregar comida por aplicativos em tempos de pandemia) ^[12] .
2	O Globo – G1 São Paulo	21/06/2020	Bárbara Muniz Vieira	Entregadores se unem por melhores condições de trabalho nos aplicativos: ‘Entrego comida com fome’, diz ciclista ^[16]
3	<i>You Tube/ AJ Mask</i>	04/07/2020	Rafael Neves Fonseca	Greve dos entregadores ^[17]
4	Folha de São Paulo	23/07/2020	Emilio Sant’Anna, Karime Xavier	Entregadores de app carregam pratos de mais de R\$ 100 e almoçam comida fria no meio-fio ^[18]

Fonte: Elaboração própria.

Garantia de acesso regular aos alimentos pelos entregadores

De acordo com os retratos, houve distância importante entre as condições vivenciadas pelos entregadores e a garantia de acesso físico e financeiro

a alimentos de modo permanente e regular, em quantidade e qualidade adequadas, o que consiste em um aspecto de violação do DHAA. No Quadro 2, é

possível perceber que as violações desta dimensão do DHAA estiveram em meio à rotina de trabalho.

Quadro 2. Excertos dos materiais referentes ao acesso regular a alimentos.

Identificação (ID)	Conteúdo
1	“Você sabe o quanto é tortura um motoboy com fome tendo que carregar comida nas costas?”
2	““[...] come arroz e feijão de manhã antes de sair de casa e só come de novo à noite, quando chega em casa. Trabalho com fome entregando comida todos os dias.” “Nós trabalhamos na rua e não temos condições de comprar comida todos os dias e nem trazer marmita de casa porque estraga. Queremos o direito de comer. Falam que somos mortos de fome, mas quem trabalha em escritório tem VR, por que não podemos ter também?”
3	“Para quem fuma como eu, a minha alimentação é o cigarro, eu fumo dois maços por dia.”
4	“Para muitos de seus colegas, isso é um luxo. Entregadores ouvidos pela Folha afirmam que na maior parte dos dias, ter uma brecha nas jornadas, que chegam a durar até 14 horas, e almoçar é algo inimaginável.” “Geralmente, eu paro em algum lugar, compro uma bolacha e vou beliscando durante o dia.” “Entre os pratos principais: coxinhas, sanduíches de presunto e queijo, pão com manteiga, marmitas frias de arroz com apenas um acompanhamento, bolachas e salgadinhos em geral. Arroz e feijão? Só quando vou comer na minha mãe, diz o entregador.” “Arroz com linguiça e arroz com frango são os carros-chefes das marmitas que se destampam por ali.”

Fonte: Elaboração própria.

A sensação de fome, que consiste em um sinal fisiológico que pode ser acompanhado de sintomas como irritação e dores de estômago e cabeça, associado às necessidades energéticas e de nutrientes essenciais de um indivíduo^[19], foi denunciada em meio às atividades de trabalho. Estes registros violam o DHAA devido à quantidade insuficiente de alimentos disponíveis.

Segundo Frutuoso e Viana (2021)^[20], nomear a fome na experiência vivida, como feito pelos entregadores ao reivindicarem seu direito de comer, permite sensibilizar e ampliar a discussão sobre o assunto e reconhecer quem são as pessoas atingidas por ela, em relação ao gênero, à raça e à classe, na pandemia e fora dela. Desse modo, conforme apontado pelos autores: “a discussão e as decisões sobre a fome ganham complexidade por meio de corpos em risco na busca de comida e/ou recursos e na luta pela vida que não se distancia dos contornos do mercado neoliberal”^[20]. De acordo com dados do II VIGISAN, 65% das pessoas pretas e pardas

enfrentaram algum grau de IA^[3]. Um levantamento realizado pela Universidade Federal da Bahia em colaboração com o Ministério Público do Trabalho sobre o perfil de entregadores de aplicativos, por sua vez, revelou que, em 2020, pretos e pardos compuseram 59,2% das pessoas deste grupo^[21]. No Brasil, historicamente a fome atinge de maneira mais incisiva rostos marginalizados, pobres, femininos, negros, indígenas, com baixa escolaridade ou analfabetos, e tal dinâmica reverbera-se entre trabalhadores precarizados^[22,23].

Os entregadores referiram diferentes alternativas para o manejo da fome e para se manter trabalhando, como fumar, “beliscar” alimentos, levar pequenos lanches de casa, e fazer uma refeição com arroz e feijão pela manhã para voltar a comer apenas no fim do dia. Houve grande presença do consumo de alimentos ultraprocessados, isto é, formulações industriais compostas por substâncias extraídas ou derivadas de alimentos^[15], com alta densidade energética, excesso de açúcares e/ou gorduras, e

baixas quantidades de fibras alimentares, proteínas e micronutrientes^[15,24]. Este perfil afeta a qualidade nutricional da alimentação e também compromete, neste âmbito, o DHAA. O consumo de alimentos ultraprocessados associa-se a maiores incidências de doenças crônicas^[24], com potenciais repercussões à saúde dos entregadores. A partir das recomendações do GAPB, é importante problematizar a escolha desses alimentos à luz da baixa remuneração desses trabalhadores, da necessidade de lidar com a fome de forma rápida, e da vasta disponibilidade deste tipo de alimento^[25,26,27].

Apesar do contexto, destaca-se a importância de alimentos como arroz e feijão, mesmo que em horários atípicos de consumo. Estes são os principais alimentos que delineiam a base da alimentação da população brasileira^[15]. Dados do II VIGISAN apontaram, no entanto, que houve diminuição da compra desses dois alimentos nos domicílios. Dentre aqueles que não conseguiram manter a aquisição desses alimentos, observou-se que a IA moderada e grave (fome) foi mais frequente, atingindo quase a metade das moradias (arroz: 49,0%; feijão: 46,5%)^[3].

Com a ausência de direitos trabalhistas vivenciada pelos entregadores, pode-se refletir sobre o enfraquecimento de políticas públicas de alimentação e nutrição que garantiriam o acesso a alimentos, como o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que estabelece colaboração entre governo federal, trabalhadores e empregadores, com foco em indivíduos de baixa renda^[28]. No cenário em que a formalização de relações diretas entre trabalhador e empregador é evitada, como ocorre com os entregadores, a execução de programas como o PAT é afetada e compromete a relação mutualística que envolveria alimentação, saúde e trabalho.

Adequação das práticas alimentares a aspectos socioculturais

Conforme exibido no Quadro 3, entre os retratos apurados evidenciou-se que, em sua maioria jovens, os entregadores frequentemente fizeram uso de espaços inapropriados para realização de refeições, com pouco tempo disponível. Nota-se violação ao DHAA em relação à necessidade de a alimentação considerar aspectos sociais, “referenciada pela cultura alimentar local”, e satisfazer “princípios de variedade, equilíbrio, moderação e prazer”.

Quadro 3. Excertos dos materiais referentes a práticas alimentares e aspectos socioculturais.

Identificação (ID)	Conteúdo
4	<p>“[...] parar por 10 minutos enquanto aguarda uma nova chamada e comer seu sanduíche em cima da moto.”</p> <p>“Muitos entregadores fazem as refeições juntos, sentados na calçada, sem qualquer condição de higiene.”</p> <p>“O que dói mais é trabalhar com fome carregando comida nas costas.”</p> <p>“São, na maioria, jovens que se alimentam no meio-fio, embaixo de uma árvore [...]. Naquele dia, [...] comeu sob o sol — a sombra da árvore já estava lotada.”</p>

Fonte: Elaboração própria.

As práticas alimentares dos entregadores em suas rotinas de trabalho mostraram-se inadequadas socialmente. Ao ampliar a importância da alimentação para além dos nutrientes, o GAPB enfatiza a importância do ato de comer e a comensalidade como aspectos importantes para um melhor aproveitamento dos alimentos e do prazer

proporcionado pela alimentação^[15], priorizando regularidade e atenção, ambientes apropriados e companhia. Tais aspectos não estiveram contemplados sob as condições expostas pelos entregadores.

Essas recomendações possibilitam reconhecer a alimentação enquanto um fenômeno social e coletivo, em contraposição a modelos individualizantes do comer, que usualmente são estimulados pela indústria de alimentos ultraprocessados^[29]. Relações individualizantes podem ser visualizadas na precarização do trabalho e como um desdobramento dela. Os modelos de relações trabalhistas em que os entregadores estão inseridos têm estimulado o individualismo e levado à perda de identidade coletiva, devido à dificuldade de separar o tempo de vida no trabalho de uma perspectiva maior do tempo de vida, e resumindo, assim, as vivências pessoais a apenas trabalho^[4]. Estes processos podem gerar importante exaustão mental e a deterioração da saúde do trabalhador^[4,5].

Proposições quanto a mudanças sociais nas últimas décadas têm apontado para a substituição de um espaço disciplinar, como aventado por Foucault, pela sociedade de desempenho^[30]. Nesta, um mesmo corpo abarca os papéis de explorador e explorado, sendo o sujeito de produção senhor de si mesmo, multitarefado e sobrecarregado de trabalho para maximizar seu desempenho. O indivíduo de desempenho continua disciplinado, mantendo o desejo de produzir para amplificar seus números^[30]. Em um ciclo de exploração-violência-ausência de um estado contemplativo mais aprofundado, compreendem-se reflexos na relação dos entregadores de aplicativo com a alimentação, dado que o comer teve muitas vezes o sentido de apenas “matar a fome”, sem maior atenção às práticas alimentares.

Um estudo de Silvestre *et al.* (2021)^[31] com 114 entregadores, baseado em entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários durante a pandemia de COVID-19, constatou que 72% desses trabalhadores reportaram o impedimento de realizarem tarefas de lazer devido à pouca disponibilidade de tempo. Desse modo, podemos considerar que pode se tornar mais difícil que esses trabalhadores reconheçam a importância de comer em companhia, de fazer com que a alimentação seja mais que a ingestão de nutrientes, entre outros aspectos de comensalidade e coletividade. Apesar das diversas medidas de controle impostas aos trabalhadores^[4] e do esvaziamento de possibilidades para elaborações que

extrapolem seu sentido de produtividade, é relevante notar que a construção de movimentos e as reivindicações coordenadas de entregadores de aplicativos mostraram que é possível disputar esta lógica e, inclusive, utilizar as tecnologias existentes para organizar a classe^[4]. A batalha por melhores condições de trabalho e a reivindicação por alimentação que emergiram destes coletivos exemplificam isso.

Reflexão sobre modelos subjacentes de sistema alimentar envolvendo os entregadores de aplicativos

Sob a esfera da definição do DHAA que contempla que a alimentação deve ser referenciada por práticas de produção adequadas e com uso sustentável do ambiente, os materiais selecionados neste relato adicionalmente tangenciaram ao menos dois aspectos ligados ao sistema alimentar, a saber: em relação à posição que entregadores de aplicativos estão inseridos no sistema e os alimentos que comumente transportam em suas rotinas de trabalho.

A discussão sobre sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis pauta a promoção da saúde humana e as repercussões no planeta abarcando o processo de produção até distribuição dos alimentos, com olhar aos atores envolvidos^[32]. As dinâmicas exacerbadas pela pandemia de COVID-19 configuraram os entregadores de aplicativos como trabalhadores fundamentais do sistema alimentar. Porém, essa posição não foi reconhecida amplamente, não houve evolução ou melhoria na remuneração dos entregadores e tampouco formalização de relações trabalhistas ou melhor amparo por parte das empresas^[6]. Pelo contrário, empresas que atuam por aplicativos foram visibilizadas em investigações jornalísticas recentes sobre a influência exercida para desmobilizar demandas e coletivos de entregadores, com uso de estratégias de *marketing* e redes sociais^[33]. As condições de trabalho apresentadas revelaram, portanto, que a precarização do trabalho viola o DHAA neste aspecto, visto que notadamente a etapa de distribuição dos alimentos no sistema alimentar global hegemônico vigente não promove a saúde humana, tornando-se insustentável socialmente e, logo, ambientalmente também^[22].

Adicionalmente, o perfil de alimentos mais promovido nos aplicativos de *delivery*, caracterizado pela forte contribuição de produtos ultraprocessados^[34,35], tem repercussões potenciais para o volume de compras e o consumo alimentar, dimensões estas mediadas justamente pelo trabalho exercido pelos entregadores. Um estudo de séries temporais avaliou a evolução de três indicadores ambientais no Brasil (emissões de gases de efeito estufa [GEE], pegada hídrica e pegada ecológica) em relação à contribuição calórica de alimentos e bebidas adquiridos apurada em pesquisas de orçamentos familiares entre 1987/1988 e 2017/2018^[36]. Tendências significantes de incremento nos indicadores ambientais foram observadas de forma heterogênea segundo o grau de processamento dos alimentos. A emissão de GEE associada a alimentos ultraprocessados variou em +245%, com aumentos de 233% e 183%, respectivamente, para as pegadas hídrica e ecológica^[36]. Outros estudos reforçaram que a produção de alimentos ultraprocessados em sua maioria depende de ingredientes associados com o agronegócio, como por exemplo os grãos e as carnes^[37], em um modelo de produção que faz uso insustentável do ambiente, com grande consumo de água e concentração de terras para monocultura de *commodities*. Há, ainda, o uso frequente de agrotóxicos e a produção de plástico, que também reverberam na saúde humana e no meio ambiente^[22,32].

Neste modelo de sistema alimentar, é possível visualizar que os entregadores estiveram expostos a relações trabalhistas que não são justas, a partir de condições que afetam a sua saúde, bem como da distribuição de gêneros alimentícios mais deletérios às pessoas e ao planeta. Para a efetivação do DHAA neste contexto, torna-se necessário repensar relações trabalhistas, tendo em vista que a SAN da população brasileira piorou e que o aumento de oportunidades de empregos formais reduz desigualdades sociais^[23]. Tais ações são críticas tendo em vista que, apesar da diminuição da taxa de desemprego em 2022, a criação de novas oportunidades de trabalho esteve relacionada preponderantemente ao mercado informal, com baixo nível salarial^[38], o que implica em baixa renda e comprometimento de direitos, com repercussões à SAN.

Limitações do estudo

O presente relato tem algumas limitações. A estratégia de busca não abrangeu termos como “trabalho” ou “*motoboy*” à época do levantamento conduzido. Estes termos podem ser considerados menos específicos em relação às atividades de entregadores de empresas que atuam por aplicativos. Assim, considera-se que aspectos primordiais à temática do relato foram contemplados nas buscas para localização dos materiais jornalísticos referentes ao período mais agudo da pandemia de COVID-19. É importante apontar que os retratos encontrados e selecionados para esta análise não possibilitaram ampliar a discussão na perspectiva de gênero, por exemplo, pois só foram encontrados relatos masculinos, e por isso também se utilizou somente a palavra entregadores, e não entregadoras. A ausência de narrativas das experiências de mulheres enseja pensar as relações de gênero dentro desta categoria de trabalho. Ainda, os materiais não permitiram maior compreensão das vias de mobilização da sociedade civil em geral, e principalmente de clientes de empresas de aplicativos de entregas, além do Estado, em suas responsabilidades no tocante ao bem-estar social ante as dinâmicas vigentes de precarização do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato possibilitou conectar expressões e implicações da precarização do trabalho a violações do DHAA em diversos aspectos da sua definição, de acordo com as experiências de entregadores de aplicativos durante a fase mais aguda da pandemia de COVID-19. Práticas alimentares atravessadas pelas rotinas laborais, na ausência de direitos trabalhistas, afastaram os entregadores da sua conexão com a comida, por meio da ausência ou da insuficiência do alimento e pela redução do ato de comer a “matar a fome” quando possível. Ainda, apontou-se a necessidade de considerar a posição dos entregadores na discussão de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, dadas as relações assimétricas com empresas que atuam por aplicativos e, também, o favorecimento da distribuição de alimentos com perfil deletério à saúde individual e planetária.

O reconhecimento das circunstâncias de fome e a demanda por alimentação, pautada de forma

elementar na mobilização de parte dos entregadores de aplicativos, sugeriram o potencial humanizador da alimentação e das práticas alimentares a estimularem reivindicações, especialmente no contexto pandêmico. Há necessidade de que conceitos relevantes à área de alimentação e nutrição adquiram contornos mais práticos, desde os espaços iniciais de formação profissional, para a problematização e o enfrentamento de relações trabalhistas precarizadas.

Os achados deste relato convidam, assim, a ampliar a compreensão a respeito do acesso e da escolha de alimentos sob expressões diversas de insegurança alimentar e nutricional atreladas às atividades e às condições de trabalho sujeitas à intensa individualização e desregulamentação no contexto atual. Reforça-se a necessidade do fortalecimento de políticas públicas de SAN que mitiguem a fome e a injustiça para efetivação do DHAA, com benefícios prementes para refundar relações trabalhistas.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem o apoio da Comissão de Graduação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo por meio do “Programa COVID-19: Retratos de Desigualdade e Vulnerabilidade”. Aos entregadores de aplicativos que conversamos durante todo o projeto, vocês contribuíram muito conosco e são parte do que foi elaborado.

FINANCIAMENTOS

MYAT e BOS receberam bolsas da Comissão de Graduação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo por meio do “Programa COVID-19: Retratos de Desigualdade e Vulnerabilidade” (Editais 2020 e 2021).

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

FUNÇÕES DOS AUTORES

MYAT, BOS e BHL conceberam a proposta do artigo. MYAT e BOS conduziram o levantamento de materiais, a produção, a análise e a interpretação

dos dados, sob supervisão de BHL. MYAT e BOS elaboraram a primeira versão do artigo, com revisão crítica de importante conteúdo intelectual de BHL. Todas as autoras revisaram e aprovam a versão final apresentada do artigo, e são responsáveis por todos os aspectos do trabalho.

REFERÊNCIAS

- [1] Baccharin JG, Oliveira JA. Inflação de Alimentos no Brasil em Período da Pandemia da Covid 19, Continuidade e Mudanças. *Segur. Aliment. Nutr.* 2021;28:1-14. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661127.
- [2] Santos MV, Oliveira IG, Pereira FM, Santos PR. Insegurança alimentar e nutricional: uma análise sobre as políticas públicas de interface com alimentação e nutrição em meio a pandemia por Sars-CoV-2. *Segur. Aliment. Nutr.* 2021;28:1-17. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661450.
- [3] Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [relatório eletrônico]. 2022 [citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>.
- [4] Antunes R (org). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo; 2020.
- [5] Araújo MR, Morais KR. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. *Cad. Psicol. Soc. Trab.* 2017;20:1-13. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v20i1p1-13.
- [6] Abílio LC, Almeida PF, Amorim H, Cardoso ACM, Fonseca VP, Kalil RB, Machado S. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Rev. Jur. Trab. Desenv. Hum.* 2020;3:1-21. DOI: 10.33239/rjtdh.v.74.
- [7] Souza DO. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. *Trab. Educ. Saúde.* 2021;19:e00311143. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00311.
- [8] Yesudhas D, Srivastava A, Gromiha MM. COVID-19 outbreak: history, mechanism, transmission, structural studies and therapeutics. *Infection.* 2021;49:199-213. DOI: 10.1007/s15010-020-01516-2.
- [9] Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho. NR 32: Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 2022 [citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt->

[br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022.pdf](https://br.composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022.pdf)

[10] Machado L. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. BBC News [internet]. 2019 mai 22 [citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>.

[11] Saraiva J. Novos hábitos fazem gastos com entregas crescerem em 149% em 2020. Valor [internet]. 2021 jun 29 [citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2021/06/29/novos-habitos-fazem-gastos-com-entregas-crescerem-149-em-2020.ghhtml>.

[12] Lara B, Braga N, Ribeiro PV. Parceria de risco: aplicativos lucram com coronavírus pondo entregadores em risco de contágio. The Intercept Brasil [internet]. 2020 mar 23 [citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/23/coronavirus-aplicativos-entrega-comida-ifood-uber-loggi/>.

[13] Brasil. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, 2013. 83p.

[14] Prefeitura de São Paulo. Boletim Diário COVID-19 (30/09/2020). Núcleo de Comunicação do Comitê de Crise para enfrentamento ao COVID-19, 2020. 5p.

[15] Brasil. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, 2014. 154p.

[16] Vieira BM. Entregadores se unem por melhores condições de trabalho nos aplicativos: 'Entrego comida com fome', diz ciclista. G1 Notícias [internet]. 2020 jun 21 [citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/21/entregadores-se-unem-por-melhores-condicoes-de-trabalho-nos-aplicativos-entrego-comida-com-fome-diz-ciclista.ghhtml>.

[17] Fonseca R. Greve dos Entregadores [documentário]. São Paulo: Aj Mask; 2020. [citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5SRffJK41hI>.

[18] Sant'Anna E, Xavier K. Entregadores carregam pratos de mais de R\$100 e almoçam comida fria no meio-fio. Folha de São Paulo [internet]. 2020 jul 24 [citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/entregadores-de-app-carregam-pratos-de-mais-de-r-100-e-almocam-comida-fria-no-meio-fio.shtml>.

[19] Organização Mundial da Saúde. Relatório da ONU: Ano de pandemia marcado por aumento da fome no mundo [internet]. Roma: 2021. [atualizado em 2021 jul 12; citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/12-07-2021-un-report-pandemic-year-marked-by-spike-in-world-hunger>.

[20] Frutuoso MF, Viana CV. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia. Interface (Botucatu). 2021;25:1-14. DOI: 10.1590/interface.200256.

[21] Universidade Federal da Bahia. Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil. Salvador: Faculdade de Economia – Núcleo de Estudos Conjunturais, 2020. 35p.

[22] Burigo AC, Porto MF. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária. Ciênc. Saúde Coletiva. 2021;26:1-14. DOI: 10.1590/1413-812320212610.13482021.

[23] Campello T, Bortoletto AP (org). Da fome à fome: Diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

[24] Louzada ML, Costa CS, Souza TN, Cruz GL, Levy RB, Monteiro CA. Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. Cad. Saúde Pública. 2021;37:1-48. DOI: 10.1590/0102-311X00323020.

[25] Lopes AC, Menezes MC, Araújo ML. O ambiente alimentar e o acesso a frutas e hortaliças: “Uma metrópole em perspectiva”. Saúde Soc. 2017;26:1-10. DOI: 10.1590/S0104-12902017168867.

[26] Costa BV, Freitas PP, Menezes MC, Guimarães LM, Ferreira LF, Alves MS et al. Ambiente alimentar: validação de método de mensuração e caracterização em território com o Programa Academia da Saúde. Cad. Saúde Pública. 2018;34:1-14. DOI: 10.1590/0102-311X00168817.

[27] Zocchio, G. Em pântanos alimentares, ultraprocessados ‘alagam’ bairros ricos de SP. O Joio e o Trigo [internet]. 2020 jul 13 [citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2020/07/pantanos-alimentares-sp/>.

[28] Bandoni DH. Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). In: Jaime, PC (org.) Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

[29] Oliveira MS, Santos LA. Guias alimentares para a população brasileira: uma análise a partir das dimensões

culturais e sociais da alimentação. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2020;25:1-10. DOI: 10.1590/1413-81232020257.22322018.

[30] Han BC. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

[31] Silvestre BM, Neto SR, Amaral SC. “Sem tempo, irmão”: o trabalho e o tempo livre de entregadores uberizados durante a pandemia de covid-19. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*. 2021;43:1-8. DOI: 10.1590/rbce.43.e000421.

[32] Machado AD, Bertolini AM, Brito LS, Amorim MS, Gonçalves MR, Santiago RA et al. O papel do Sistema Único de Saúde no combate à sindemia global e no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2021;26:1-9. DOI: 10.1590/1413-812320212610.11702021.

[33] Levy C. A máquina oculta de propaganda do iFood. Agência Pública [internet]. 2022 abr 4 [citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/>.

[34] Horta PM, Matos JP, Mendes LL. Digital food environment during the coronavirus disease 2019 (COVID-19) pandemic in Brazil: an analysis of food advertising in an online food delivery platform. *Br. J. Nutr.* 2020;126:767-772. DOI: 10.1017/S0007114520004560.

[35] Horta PM, Matos JP, Mendes LL. Food promoted on an online food delivery platform in a Brazilian metropolis during the coronavirus disease (COVID-19) pandemic: a longitudinal analysis. *Public Health Nutr.* 2022;25:1336-1345. DOI: 10.1017/S1368980022000489.

[36] Silva JT, Garzillo JM, Rauber F, Kluczkovski A, Rivera XS, Cruz GL et al. Greenhouse gas emissions, water footprint, and ecological footprint of food purchases according to their degree of processing in Brazilian metropolitan areas: a time-series study from 1987 to 2018. *Lancet Planet. Health*. 2021;5:775-785. DOI: 10.1016/S2542-5196(21)00254-0. Erratum in: *Lancet Planet. Health*. 2021;5:e861.

[37] Ribeiro H, Jaime PC, Ventura D. Alimentação e Sustentabilidade. *Estud. Av.* 2017;31:1-14. DOI: 10.1590/s0103-40142017.31890016.

[38] G1 Globo. Taxa de desemprego diminuiu, mas salários atingem menor nível já registrado pelo IBGE [internet]. S/L: 2022 [citado em 2022 nov 06]. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/01/28/taxa-de-desemprego-diminuiu-mas-salarios-atingem-menor-nivel-ja-registrado-pelo-ibge.ghtml>.